

A batalha da dívida externa

Ao que parece, o governo está em via de completar a sua reforma da política econômica, faltando-lhe apenas resolver a difícil questão da renegociação da dívida externa, a qual, segundo afirmara em sua campanha eleitoral o candidato Fernando Collor de Mello, seria enfrentada logo após a sua posse. Verifica-se, ao contrário, que o Planalto adiou o mais possível a solução desse problema e mesmo o acordo com o FMI, que parecia tão fácil depois da implantação do Plano Brasil Novo, se encontra num impasse. Tudo indica que tais dificuldades motivaram a próxima vinda, ao Brasil, do subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, e, prevendo dias difíceis, está o Banco Central baixando medidas para reduzir nossa dependência de linhas de crédito de curto prazo que, em março próximo, poderão ser, na sua maioria, eliminadas.

Há semanas, quando o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, de volta de uma viagem a Washington, deu a entender que o FMI e o governo norte-americano estavam de acordo com a tática brasileira de limitar o pagamento dos juros da dívida externa devidos aos bancos às possibilidades do equilíbrio macroeconômico de nossa economia, David Mulford achou necessário publicá-lo desmentido. Era o início de uma ofensiva brasileira para acumpliciar à nossa estratégia tanto o governo de Washington

quanto o FMI. Hoje, tudo leva a crer que, ao visitar o País a partir de terça-feira, o subsecretário norte-americano alertará o governo brasileiro quanto à necessidade de mudar de orientação no tocante à renegociação com os bancos credores, sob pena de faltar-lhe o apoio, tão decisivo, da Casa Branca para obtenção de um crédito *stand by* do FMI.

Para melhor compreensão das dificuldades que enfrentamos com esse organismo e das preocupações da Casa Branca, cumpre tomar consciência da armadilha montada pelo nosso governo. Antes de março de 1990, a discussão relativa à renegociação da dívida externa se prendia à disponibilidade de nossas divisas e às necessidades de novas receitas cambiais, procedentes ou do superávit da balança comercial ou de novos empréstimos. A atual equipe econômica deslocou o centro da discussão: não mais se trata de levantar as disponibilidades e necessidades em cambiais, mas de examinar os efeitos do pagamento do serviço da dívida externa sobre as contas do Tesouro. O governo apresentou ao FMI seu programa, em que se prevê um superávit para o setor público equivalente a 1,22% do PIB, e um plano de expansão dos meios de pagamento no segundo semestre de 9,1%. Com isso, asseguram nossas autoridades, ficará o Brasil em condições de derrubar a inflação e de voltar, numa segunda fase, a

crescer. Trata-se de perspectiva sedutora, embora configure uma armadilha: não se trata de saber se o País lançou mão das divisas necessárias à satisfação, no todo ou em parte, dos seus compromissos com os credores, mas de verificar se o Tesouro, o responsável pela maior parte da dívida externa, disporá dos cruzeiros requeridos pela compra das divisas destinadas à cobertura do serviço da dívida. As projeções feitas pelo governo mostram que nossa capacidade fiscal (não cambial...) é exígua e que, sob pena de voltarmos à inflação, deveremos ajustar o pagamento dos juros a limites muito estreitos. Ao aceitar o programa brasileiro o FMI endossaria a nossa tática no tocante à dívida externa, o que dificilmente seria aceito pelos credores estrangeiros, que conseguiram negociar com outros países sem reavivar a inflação nem sacrificar-lhes o desenvolvimento.

O governo brasileiro está consciente do risco que corre: a obtenção de um acordo com o FMI não é mais ponto pacífico; por outro lado, estamos à mercê de reações muito negativas dos bancos credores. Apesar da tranqüilidade oficial quanto à possibilidade de sanções por parte dos credores, o Banco Central, nos últimos dias, adotou uma série de medidas que nos tornam menos vulneráveis a uma redução importante das linhas de crédito postas à nossa disposição e ao encurtamento,

já efetivo, do prazo dessas linhas. Autorizou-se recentemente a emissão de *commercial papers*; há pouco, os exportadores, que dispunham somente do prazo de 20 dias para fechar o câmbio, viram tal limite elevado para 45 dias, o que reduz a pressão sobre a demanda de linhas de crédito. Os importadores, que deveriam contratar o câmbio dois dias antes do vencimento da obrigação no Exterior, terão agora 45 dias, podendo assim reduzir também sua dependência dos bancos internacionais. O Banco Central está utilizando uma linha de crédito do Banco Mundial, no montante de 200 milhões de dólares, para o pré-financiamento das exportações de produtos agroindustriais...

Sabemos que o Brasil, para manter seu ritmo de crescimento, precisa ao mesmo tempo desenvolver suas exportações e ampliar suas importações. As linhas de crédito dos bancos internacionais continuam necessárias. Mas deveríamos pensar, também, que para crescer é indispensável a obtenção de novos créditos de longo prazo e, mais ainda, de investimentos estrangeiros. Outros países, honrando seus compromissos graças a renegociações normais, têm hoje condições de crescer sem inflação. Não nos condenar a nossa heterodoxia no tratamento da dívida externa a permanecer no Terceiro Mundo, ou ao aprofundamento do nosso subdesenvolvimento?...